

# Constituição pode estar pronta dia 1º

## Parlamentares dizem que o ritmo imposto por Ulysses nas votações deu certo

BRASÍLIA — O segundo turno de votação do projeto constitucional terminará na quinta-feira, dia 1º de setembro, e, duas semanas depois, a nova Constituição será solenemente promulgada. Nenhum constituinte duvida mais disso, diante do ritmo acele-

rado que o presidente Ulysses Guimarães está impondo às votações. "Neste ritmo, ninguém mais consegue segurar o plenário", disse o deputado Luís Eduardo Magalhães, do PFL da Bahia, filho do ministro Antônio Carlos Magalhães e um dos expoentes do Centro, grupo conservador que tentou adiar o fim dos trabalhos.

O relator-geral, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), acha que a votação terminará na quinta-feira, embora preveja dificuldades nas Disposições Transitórias, que, segundo ele, "estão

multo confusas". Outros parlamentares, como o relator-adjunto, senador José Fogaça (PMDB-RS), e o líder do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), também acreditam que até quinta-feira todos os dispositivos serão votados.

O presidente Ulysses Guimarães recebeu aplausos do plenário lotado, ontem, quando anunciou a realização de sessões extraordinárias hoje e amanhã, às 9 e às 15 horas. Há duas semanas, quando Ulysses disse que realizaria ses-

sões neste fim de semana, o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), protestou. Disse que era demagogia e que seu partido não daria número para a realização das votações. Ontem, Ulysses sorriu satisfeito quando foi aplaudido e brincou. O plenário soberano aprovava a convocação.

Para garantir as sessões do fim de semana, Ulysses indeferiu um pedido do senador Passarinho, que queria suspender a votação por causa da convenção nacional

do PDS, hoje e amanhã. Havia precedentes: o presidente da Constituinte, no primeiro turno, deixou de realizar sessões em fins de semana devido às convenções do PMDB e do PFL. A diferença é que a convenção do PDS é nacional, no prédio do Congresso Nacional, e os constituintes do partido podem correr de um auditório a outro.

A certeza de que as votações estão no fim vai trazer a Brasília muitos constituintes que não têm comparecido. Isso é bom para os

conservadores, que, com quórum maior, têm mais possibilidades de conseguir 280 votos para derrubar dispositivos aprovados no primeiro turno. A esquerda não vai se afastar de Brasília. O deputado pernambucano Fernando Lyra, do PDT, cancelou uma viagem a Belo Horizonte para participar de uma manifestação de apoio ao candidato do PSDB à prefeitura, o deputado Pimenta da Veiga. O próprio Pimenta preferiu ficar em Brasília e cancelar o ato de sua campanha.

## Congresso vetará gastos externos

BRASÍLIA — A partir da promulgação da futura Constituição, o Congresso poderá vetar tratados e acordos internacionais que acarretem "encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional". A atribuição, que amplia o poder do Legislativo, foi mantida ontem pela Constituinte. Não passaram as emendas do senador Roberto Campos (PDS-MT) e do deputado Francisco Kuster (PSDB-SC), que pretendiam retirar da competência do Congresso as decisões sobre "atos gravosos".

Com 208 votos favoráveis, 142 contrários e cinco abstenções, as emendas não conseguiram o número mínimo necessário para a sua aprovação, apesar das advertências do senador Roberto Campos e do próprio relator Bernardo Cabral. "É uma exorbitância do Legislativo pretender decidir sobre todos os atos do Executivo que possam acarretar encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. Além disso, é uma medida inaceitável", disse o senador. Para Cabral, há operações externas, como as da Petrobrás e da Vale do Rio Doce, que não podem ficar na dependência de autorização do Congresso.

Roberto Campos insistiu na necessidade da supressão do dispositivo, e lembrou que os atos do Executivo são variados. "Existem, entre eles, os de fixação dos preços mínimos para a agricultura, de compra e venda por agências estatais e de empréstimos em moedas estrangeiras que, por alguma razão, podem se tornar gravosos", explicou o senador. Como exemplo, citou "um acidente de mercado, variação de moeda e imperfeições de desempenho administrativo".

**IMPREVISÍVEL**  
"Quem decidirá se o ato é gravoso ou não?", perguntou Roberto Campos. A questão serviu para uma ironia: "O Congresso terá uma espécie de controle profético, uma vez que decidirá sobre um ato de governo imaginando suas consequências futuras".

Outro argumento lançado pelo senador para eliminar o dispositivo tratou de um ponto prático: "O Legislativo não tem máquina para isso e a medida será totalmente ignorada". Em sua opinião, ao rejeitar a emenda supressiva, os constituintes confundiram atos internacionais, que podem comprometer o Estado e vários governos que sucedem o que os assinou, com os atos de gestão interna. Para os últimos, o Congresso já conta com a Comissão de Fiscalização e com o Tribunal de



Os deputados Samir Achôa (PMDB) e Benedita da Silva (PT) no plenário: divergências

Contas. Da forma como ficou redigido o inciso I do artigo 50, qualquer iniciativa do governo exigirá resolução do Congresso.

### AJUDA PETISTA

Graças à contribuição decisiva do PT, o Centro poderá organizar-se efetivamente como bloco parlamentar, assumir o controle das comissões, que terão seus poderes ampliados com a nova Constituição — e até eleger o presidente da Câmara. Ontem, a Constituinte manteve o dispositivo que assegura pela primeira vez aos grupos parlamentares representação proporcional na composição das Mesas e das comissões das duas Casas do Congresso. Atualmente, essa representação é privativa dos partidos políticos.

Faltavam apenas nove votos para a aprovação de emendas suprimindo a inovação. Mas, dos 16 deputados petistas, 14 votaram contra. Somente João Paulo Pires de Vasconcelos (MG) foi favorável às emendas, enquanto Luiz Gushiken (SP) não estava em plenário. Assim que o painel eletrônico apresentou os resultados da votação, quase toda a bancada da direita do plenário, onde ficam o PFL, PDS e integrantes do Cen-

tro, comemorou com aplausos. As emendas supressivas foram propostas pelo deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE) e pelos senadores Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e Alfredo Campos (PMDB-MG).

"Acho que será o começo da reformulação partidária", disse, satisfeito, o deputado Bonifácio Andradá (PDS-MG). E previu: "O partido que não resistir à atuação de blocos terá de desaparecer". A reação do petista José Genoíno (SP) foi outra: "Institucionalizemos a hipocrisia. Os grandes partidos sempre atuaram como bloco contra os pequenos. Assim, vamos também formar o bloco parlamentar da esquerda e conseguir um lugar na Mesa".

### VITALÍCIO

Os ministros do Tribunal de Contas da União reconquistaram ontem, na Constituinte, a vitalidade nos cargos, que haviam perdido nas votações realizadas na quarta-feira. Naquele dia, os constituintes rejeitaram quatro emendas que pretendiam suprimir o mandato de seis anos e restaurar o caráter vitalício dos cargos. O retorno a um assunto já de-

cidido foi criticado pelos partidos de esquerda. Mesmo assim, Ulysses Guimarães colocou ontem em votação a emenda do deputado Cid Carvalho (PMDB-MG), que foi aprovada por 291 votos, contra 95 e sete abstenções.

### DEFESA E SÍTIO

A Constituinte ratificou, com apenas uma alteração de caráter técnico, os dispositivos relativos ao estado de defesa e ao estado de sítio. O estado de sítio já é conhecido das Constituições anteriores. A novidade é o estado de defesa, que substituirá as medidas de emergência e o estado de emergência.

### DISSÍDIOS

No julgamento de dissídios coletivos, a Justiça do Trabalho poderá estabelecer "normas e condições", aplicáveis a todas as categorias profissionais como se fossem leis. A atribuição foi mantida pela Constituinte, ao rejeitar, por 290 votos contra 67 e 13 abstenções, as emendas do senador Albano Franco (PMDB-SE) e do deputado José Camargo (PFL-SP). Os partidos de esquerda trabalharam pela manutenção do dispositivo.

## Legislativo terá de aprovar impostos

BRASÍLIA — A partir da promulgação da futura Constituição, o governo não poderá criar novos impostos ou empréstimos compulsórios sem a prévia autorização, por maioria absoluta, da Câmara e do Senado. Eventuais empréstimos compulsórios não poderão ter a finalidade de reduzir temporariamente o poder aquisitivo da população, como ocorreu, em 1986, com o compulsório sobre os combustíveis, automóveis e viagens ao Exterior.

A Constituinte decidiu ontem, também, extinguir cinco impostos, que serão incorporados ao ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços): os impostos únicos sobre combustíveis, energia elétrica, transportes, comunicações e minérios.

Segundo o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), ex-ministro da Fazenda, foi assegurada a maior desconcentração de recursos financeiros, com melhor distribuição regional da renda e aumento do percentual do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, 78% dos quais serão destinados às regiões Norte e Nordeste.

A Constituinte recusou uma emenda que pretendia evitar a taxação sobre as grandes fortunas. O autor da emenda visando a evitar esse tributo, deputado Francisco Carneiro (PMDB-DF), diante da reação dos líderes partidários (através de acordo) contra a emenda, retirou-a de votação.

Uma lei complementar definirá, depois da promulgação da futura Carta, como ocorrerá essa taxa-

ção. Dornelles disse que o novo sistema tributário "visa a promover a desconcentração de poder, uma melhor repartição da renda, maiores garantias para o contribuinte, mais justiça social e maior racionalidade econômica".

Por decisão da Constituinte, os estados e o Distrito Federal poderão cobrar um adicional de até 5% do imposto de renda pago à União por pessoas físicas e jurídicas sobre lu, ros, ganhos e rendimentos de capital. A Constituinte manteve texto aprovado em primeiro turno ao rejeitar, por 203 votos contrários, 177 favoráveis e três abstenções, uma fusão de 11 emendas propondo a supressão da cobrança do adicional, fato considerado como vitória das correntes progressistas.

Em seguida, a Constituinte rejeitou, por 175 votos contra 170 e seis abstenções, emenda de autoria do senador Raimundo Lira (PMDB-PB) que proíbe a cobrança, pelos estados e Distrito Federal, de adicional de imposto de renda. Na prática, a Assembleia rejeitou duas vezes a supressão do adicional do imposto de renda sobre ganhos de capital. A Constituinte manteve ainda a competência dos estados e do Distrito Federal para instituir impostos sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.



José Lourenço e Ulysses Guimarães: momento de ouvir

## Esquerda usa tática contra 'Dia Boeing'

BRASÍLIA — As esquerdas na Constituinte prepararam-se para enfrentar a estratégia do Centro batizada pelo deputado José Genoíno (PT-SP) de "Dia Boeing". Segundo Genoíno, os parlamentares identificados com o Centro querem concentrar-se em plenário e votar rapidamente, num prazo entre um e dois dias, todos os temas polêmicos deixados para trás ao longo do segundo turno, por falta de acordo entre lideranças. Contra o "Dia Boeing", afirmou, as esquerdas usarão a tática do "passo a passo".

Com a manobra das esquerdas, temas polêmicos como a ineligibilidade, os dois turnos eleitorais e a participação de militares no futuro Conselho de Defesa da República deverão ser definidos hoje. Genoíno garantiu que a esquerda não vai permitir a votação dos temas da Ordem Econômica "sem que estejam superados estes pontos e o título tributário, que é pequeno".

O deputado Delfim Netto (PDS-SP) negou a existência de uma estratégia para provocar a votação de temas considerados polêmicos em curto espaço de tempo e a presença de parlamentares do Centro normalmente pouco assíduos em plenário. "O que há é um afunilamento natural dos trabalhos, tendo em vista o ritmo imprimido a eles pelo presidente Ulysses Guimarães e seu compromisso de encerrá-los na quinta-feira".

Segundo parlamentares petistas, o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Calado, quer concentrar os membros da entidade no Congresso durante um ou dois dias da próxima semana. O objetivo é pressionar os parlamentares para manter no texto constitucional a proibição à desapropriação de terras produtivas. Este esforço, afirmaram, poderia derivar para outros temas polêmicos do capítulo da Ordem Econômica, como o conceito de empresa nacional e a exploração de minérios.



### Binóculo no fundo do plenário

A deputada Sadie Hauache (PFL-AM) não dispensa binóculos para acompanhar as votações da Constituinte no painel eletrônico. Como é míope e costuma se sentar na última fila do plenário da Câmara, conhecidas como "zo-

na de sombra" — o que no jargão parlamentar significa anonimato —, a deputada não consegue ler os resultados, por causa dos reflexos das luzes das câmaras de televisão permanentemente ligadas.

## Militares mantêm a garantia da ordem

BRASÍLIA — O papel das Forças Armadas na manutenção da lei e da ordem foi definitivamente aprovado pela Constituinte, ao rejeitar ontem emenda do deputado José Genoíno (PT-SP), que pretendia suprimir essa atribuição do artigo 148, o primeiro do capítulo referente às três Forças.

O texto ficou assim: "As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos Poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem".

A emenda, que recebeu 267 votos contrários, 89 favoráveis e quatro abstenções, suprimia a função de garantir a lei e a ordem. O deputado Genoíno apontou como "crucial a questão da tutela militar, por permitir às Forças Armadas praticar desde a repressão a greves até o golpe de Estado". Já o relator Bernardo Cabral defendeu a manutenção desse papel para as Forças Armadas, alegando que é "preciso distinguir as

instituições daqueles que as desmoralizam". Foram a favor da supressão o PT, PC do B, PDT, PSB, e PCB. Manifestaram-se contrários o PDS, PTB, PFL, PDC, PL e PMDB. O PSDB deixou a questão em aberto para opção da bancada.

Muito antes da votação, portanto pela manhã, o presidente José Sarney dedicou parte do seu programa *Conversa ao Pé do Rádio*, ao papel dos militares na vida pública. Usando como pretexto as comemorações do Dia do Soldado, realizadas anteontem, e sem se referir à coincidência da votação do capítulo das Forças Armadas pela Constituinte, o presidente chamou os militares de "defensores da ordem e das instituições".

Apesar do discurso feito pelo ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, Sarney destacou "a contribuição do Exército brasileiro para a unidade, soberania e defesa dos interesses nacionais". Como homenagem ao soldado, o presidente deu seu testemunho pessoal, tratando-o como figura de contribuição decisiva para a abertura política, por assegurar "a ordem e as instituições, como determina a Constituição, dedicado que está ao seu trabalho profissional".

## Brossard veta, Saulo aprova

BRASÍLIA — O pedido de acréscimo de 20% no salário do general Túlio Chagas Nogueira, ministro aposentado do Superior Tribunal Militar, recebeu pareceres conflitantes do consultor-geral da República e do ministro da Justiça. O consultor Saulo Ramos deu parecer favorável ao pedido com base na Constituição de 1967 enquanto o ministro Paulo Brossard o indeferiu apoiado na Carta em vigor, outorgada pela Junta Militar em 1969.

O general Túlio Chagas Nogueira, amparado na Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, que regulamenta os salários do funcionalismo público, requereu o acréscimo de 20% nos rendimentos de sua aposentadoria com o argumento de ter prestado mais de 35 anos de serviço.

O ministro da Justiça indeferiu o pedido com base no artigo 102 da Constituição, que proíbe remuneração de funcionários na inatividade superior à percebida na atividade. E argumentou: "Inexiste direito adquirido contra a Constituição, resulte ele do poder constituinte originário ou do poder constituinte derivado".

O consultor Saulo Ramos deu uma interpretação jurídica diferente: julgou "irrelevante o fato de estar em vigor um novo ordenamento constitucional" pois o direito adquirido "na vigência de lei anterior, continua adquirido". Com o parecer favorável do consultor-geral da República, o salário do general passou de Cr\$ 900 mil para Cr\$ 1.080 mil.

## Sarney indica Pazzianotto para o TST

BRASÍLIA — O presidente José Sarney enviou ontem mensagem ao Senado, submetendo o nome do ministro Almir Pazzianotto, do Trabalho, para o cargo de ministro togado do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga deixada por João Américo de Souza, por aposentadoria. Segundo informação do Palácio do Planalto, o presidente está decidido a escolher um paulista para o lugar de Pazzianotto. A esta certeza estão associadas duas características que, na concepção de Sarney, o futuro ministro do Trabalho deve ter: identidade com o atual equipe de ministros e alinhamento à política salarial do governo.

Com o envio da mensagem, começaram os rumores de que o substituto de Pazzianotto poderia ser o deputado Francisco Amaral (PMDB), indicado do governador Orestes Quêrcia, ou o líder petebista, deputado Gastone Righi. Outro nome que circulou na Constituinte foi o do empresário Roberto Della Manna, sugerido ao presidente Sarney pelo empresário Mário Amato, presidente da Fiesp. Amaral, por sua vez, confirmou o interesse de Quêrcia na sua indicação. "Mas até agora não fui sondado por ninguém", garantiu.



Pazzianotto: Senado decide